



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo

L E I Nº 147

A CARA MUNICIPAL DECRETA E O PREEITE MUNICIPAL DE PIRAS-SUNUNGA promulga seguinte lei:

Ar^{1º} - Fica criado o fundo especial destinado a edificação da casa pria, a partir do exercício de 1951.

Ar^{2º} - O Executivo incluirá nos futuros orçamentos anuais, a verba necessaria para atender os encargos da presente lei.

Ar^{3º} - O Executivo fica autorizado a determinar a construção de casas tipo "Popular", até o número de cinco anualmente.

Ar^{4º} - As casas, a medida que forem construidas, serão entregues aos egados "Diaristas" da Municipalidade, que tenham no mínimo cinco anos de exercício nos serviços da Prefeitura, e que solicitem ao Executivo, escrito, os benefícios desta Lei.

Ar^{5º} - Se houver pretendentes em número superior ao constante da presleia, o Executivo procederá uma classificação nos pedidos, levando consideração a idade e os encargos de família de cada um dos pretendentes.

Ar^{6º} - O contemplado em sorteio pagará à Municipalidade a importânciavida na construção, acrescida da taxa de juros que o Município pagueus credores: 8 % a.a., de acordo com a "Tabela Price".

Ar^{7º} - O prazo para o pagamento do débito será de 15 anos, a contar da escritura de compromisso, sendo a escritura definitiva passada o pagamento da última prestação devida.

Ar^{8º} - Durante o prazo contratual, a casa não poderá ser vendida ou por qualquer forma.

Ar^{9º} - Em caso de falecimento do contemplado em sorteio, a casa passareus herdeiros legais, os quais ficarão responsáveis pela continuapagamento do débito até o final.

Igualmente, poderá o contemplado que deixar o emprego da Municipa continuar a efetuar o pagamento das mensalidades devidas, até

Se houver interrupção de pagamento durante seis meses consecutivsa reverterá à Municipalidade, que a venderá novamente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGÁ
Estado de São Paulo

recolhido aos cofres Municipais, exclusive os juros.

Art. 9º - O terreno para a construção da casa própria a que alude o art. 3º, será fornecido pelo Executivo, nos termos da Lei Municipal nº 120, de 21 de Março de 1950.

§ Único - Na falta de terreno no atual Posto de Monta, o Executivo promoverá as necessárias desapropriações de terrenos, situados, de preferência, em zona suburbana.

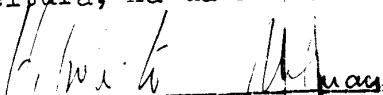
Art. 10º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 23 de dezembro de 1950.-


(Sebastião Domingues)

Prefeito Municipal.-

Publicada na Portaria de
Prefeitura, na data de


(Hipólito Malanay)

Secretário da Prefeitura